



ENCCULT: 13 ANOS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Dayane Lopes de Medeiros¹
Maria Aparecida Vieira de Melo²

Resumo: A educação em sua complexidade nos leva a curiosidade em pesquisar sobre as categorias existentes no Encontro Científico Cultural atualmente em sua 13ª versão. O artigo tem como questão Problema: como a educação em direitos humanos está presente nas 12 edições do Enccult? Em seu objeto de investigação se destaca: a educação em direitos humanos no Enccult. De modo geral, objetiva: analisar o discurso sobre a educação em direitos humanos nos últimos 12 anos. Focando especificamente, em: mapear os anais do Enccult sobre a educação em direitos humanos; descrever os fragmentos sobre educação em direitos humanos nas edições do Enccult; e explicitar como a educação em direitos humanos está posta e regula com a educação humanizadora de Paulo Freire. Como metodologia foi utilizada a análise documental de Bardin (1977), explicitando “a análise documental” [...] como “uma das técnicas da análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p. 46). Descrevemos o funcionamento do evento analisando fragmentos encontrados nos ANAIS do Enccult e conversando sobre a categoria educacional presente no discurso posto neste território informativo. Conseguimos elencar a indissociabilidade dos processos educativos em Freire partindo da escrita sobre o evento cultural nacional.

Palavras-chave: Educação; Enccult; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos enfrenta diversas dificuldades no cenário brasileiro graças a sua má interpretação, marginalização, falta de recursos, entre outros. Tudo isso é fortemente influenciado pelos estereótipos e paradigmas referentes a elas, como a ideia veemente ligada a educação para os direitos do sujeito na valorização de pessoas em cárcere prisional institucional. Mas, como combater essas ideias de desrespeito e desvalorização aos subalternos em suas justificativas mais insanas? O artigo traz a dialogicidade da temática em perspectivas concretas na efetivação de formas de fazer educação, cultura e ciência.

Traz-se o autor Paulo Freire para esta produção textual por entender que educação crítica é um adendo a este educador, escritor e pesquisador que deixou feitos memoráveis valorativos dos sujeitos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das comunidades mais pobres economicamente. Falar sobre a Educação em Direitos Humanos, remete também ao modo de abordar a prática educativa nas escolas, como a autora de livro “O Direito à Educação: Um longo Caminho” Vera Maria Ferrão Candau, destaca:

[...] Em geral, uma reflexão sobre em que consiste a educação referida a esta temática se dá por óbvio ou, na prática, a educação fica reduzida à transmissão de conhecimentos atualizados sobre Direitos Humanos. Não se problematiza, nem se articula adequadamente questão dos Direitos Humanos com as diferentes

¹ Graduanda da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/CNPQ/UFRN). E-mail: daymayaralopes@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/CNPQ/UFRN). E-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com



concepções pedagógicas, procurando-se enfatizar aquelas que melhor sintonizariam com a perspectiva dos Direitos Humanos que se quer promover [...] (Candau, 2008, p.285).

Assim é possível entender que essa educação, muitas vezes, não perpassa os contextos sociais como deveria acontecer, o que nos remete a outro problema, no Brasil a legislação é muito bonita em seu discurso, porém ele não chega à prática. Percebe-se então que a educação necessita ser trabalhada não apenas como um conteúdo a ser discutido, mas sim de maneira que se fale o que são esses direitos, o que devemos fazer para buscá-los e conquistá-los, que eles nos rodeiam em diversos âmbitos além da educação, como: nas questões de gênero, do meio-ambiente, da educação para o trânsito, na etnicidade racial, etc., e, principalmente que se use eles próprios nas práticas pedagógicas, ou seja, como diz Candau: “ Trata-se de educar em Direitos Humanos, isto é, propiciar experiências em que se vivenciem os Direitos Humanos.” (2008, p. 294).

O artigo tem como questão Problema: como a educação em direitos humanos está presente nas 12 edições do Enccult? Em seu objeto de investigação se destaca: a educação em direitos humanos no Enccult. De modo geral, objetiva: analisar o discurso sobre a educação em direitos humanos nos últimos 12 anos. Focando especificamente, em: mapear os anais do Enccult sobre a educação em direitos humanos; descrever os fragmentos sobre educação em direitos humanos nas edições do Enccult; e explicitar como a educação em direitos humanos está posta e regula com a educação humanizadora de Paulo Freire. Como metodologia foi utilizada a análise documental de Bardin (1977), que explica: “a análise documental faz-se principalmente por classificação indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p. 46). Descrevemos o funcionamento do evento analisando fragmentos encontrados nos ANAIS do Enccult e conversando sobre a categoria educacional presente no discurso posto neste território informativo. Conseguimos elencar a indissociabilidade dos processos educativos em Freire partindo da escrita sobre o evento cultural nacional.

Para Bardin (1977), “o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem”, ou seja:

“Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informações. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Lüdke; André, 1986, p. 39).

Neste trabalho, a análise acontece em atenção aos ANAIS do Enccult e o discurso encontrado por lá. Obedece a uma visão não-dialética da história, forja-se os conceitos de enunciado-acontecimento,



formação discursiva, arquivo e interdiscursividade, analisando em base de Bardin (1977). Neste viés conseguiu-se anunciar a categoria educação em seu sentido transformador que é colocado em prática por intermédio de atitudes corajosas e criativas advindas de utopias possíveis, do fazer acreditando e se esforçando para manter o movimento em circular.

O ENCCULT E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ACREDITAR, FAZER E MANTER

Esta Os sujeitos como partícipes de seu sistema político e não dependentes dele é uma visão de compreensão que parte da educação para conscientização do sujeito em seu viver, percebendo-se como ator do seu fazer cotidiano em todos os âmbitos, político, familiar e social. É crucial e é papel da educação moldar um ensinar para os direitos humanos, ou seja, para o protagonismo, para o agir localmente em função da concretização de suas metas que abracem suas necessidades e fomentem suas conquistas. A escola, sendo organizada pelo sujeito ativo no mundo humano, parte da premissa de que todos têm ou deveriam ter seus direitos garantidos e caso contrário precisam rever todo o processo.

Ou seja, os direitos fundamentais na relação Estado/indivíduo e os indivíduos entre si, nada mais são que promotores do respeito à dignidade inerente a todos os seres humanos e isso precisa aparecer no ato de ensinar para o mundo e não somente para o alcance da carreira profissional. Melo (2017) nos convida a refletir em via da constituição dos direitos e de suas especificidades existentes:

“Todavia, compreende-se que atualmente o mais importante é a efetivação dos direitos humanos, uma vez que eles já se encontram normatizados, por isso que a luta agora é a favor da sua execução, ou seja, que todos tomem consciência de sua existência e os reivindique e não aceite também presenciar ou participar de nenhuma espécie de violação dos direitos (Melo, 2017, p. 38).

A autora remete ao difícil alcance de efetivação de modelos de estrutura social, percebendo-nos num ambiente de muita complexidade e onde este artigo não esgota a discussão nem em síntese. Pois dialogar e construir ideias acerca dos direitos e da educação como promotora de bases sediadoras do viver em plenitude e do viver com tranquilidade, finda por explicitar a necessidade do respeito ao outro, respeito ao viver e protagonismo no construir de soluções para a vida em grupo (sociedades).

Deste modo, o Enccult (Encontro Científico e Cultural) aparece como uma ação itinerante em seus treze anos de resistência, enfrentando a realidade pandêmica e persistindo em acontecer nacionalmente, se caracteriza como uma luta que busca efetivar a educação em Direitos Humanos a partir de reflexões dialógico reflexivas por meio de palestras, ações artístico culturais e a escrita de



tantos ebooks disseminando o conhecimento em seus vieses epistemológicos valorativos para uma vida de qualidade para todos que ela vivem e nela convivem.

O evento é coordenado pela Uneal e tantos outros parceiros, com origem em Santana do Ipanema, através da idealização do Professor Doutor José Crisólogo de Sales Silva, um apaixonado pela ciência, cultura e educação. O idealizador tem um posicionamento interventivo direto no meio social, quando decide fortalecer os valores culturais que levam diretamente a garantia de direitos, ampliando atividades fomentadoras de desenvolvimento social transformador. Afinal, acreditar, fazer e manter é um slogan que poder ser articulado neste texto como definidor da significância e potência do Enccult por seu alcance em diversidade, regionalização e educação.

Em seus ANAIS é possível fazer a escavação de sua historização, compreender os objetivos e a ideia por trás dessa iniciativa, e ainda conhecer em síntese o movimento que vem sendo realizado em suas 12 edições anteriores. Vem se consolidando como um dos maiores eventos de cultura popular do Brasil por protagonizar educação e cultura em cientificidade nas diversas regiões do país e do mundo. O evento é nacional, porém, atinge também o público internacional. A cada ano, o Campus II da Uneal em Santana do Ipanema, em Maceió articula a ação colaborativa de “músicos, atores, artistas, cientistas, extensionistas, professores, discentes e comunidade em geral, numa convivência criativa e harmônica de construção”, enccult.org, 2012, que reitera:

O I (primeiro) ENCCULT foi realizado em dezembro de 2011, o II em novembro de 2012, o III em novembro de 2013 e o IV foi realizado em novembro de 2014, de 27 a 29 de novembro. O V foi de 24 a 27 de novembro 2015. O VI foi de 22 a 25 de novembro de 2016. Em 2017 tivemos o VII Enccult de 08 a 10 de novembro. Em 2018, o VIII Enccult de 7-10 de novembro. O IX Enccult aconteceu no Campus VI, Uneal, Campus IFAL, e Cesmac, Maceió, de 13-17 de agosto 2019. O X Enccult foi realizado de 1 a 4 de setembro de 2020 de forma Virtual, pela primeira vez. Em 2021, o XI Enccult foi realizado de 14 a 17 de setembro, de forma virtual, devido a Pandemia Covid-19.

O percurso percorrido pelo evento traz a essencialidade de busca pelas oportunidades de pensar educação de qualidade e humanizadora, tendo em vista que ele provoca discussões e debates voltados para o campo educativo, científico e cultural. A educação escolar atina ao constructo do agente social e político, percebendo-se em ações culturais predominantes de seu ambiente de estudo, de trabalho, de vivência em geral. Como diz Freire, 1983:

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. [...] Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo [...] (Freire, 1983, p.30).



Essa construção social é evidenciada pela ação coletiva de organização de um evento de porte nacional com parcerias de instituições educativas variadas e comprometimento de seus envolvidos, sendo eles professores, estudantes, servidores, ativistas e tantas outras funcionalidades representativas em categorias de caracterização de um viver em comunidade. A movimentação realizada no evento versa de ações culturais predominantes na realidade e localidade dos estudantes, lhe dando voz, vez e visão de mundo mais libertária.

A partir desta imbricação, o educador age por estratégias que levem seus alunos, pais, escola e comunidade local a se tornarem agentes sociais e políticos ativos, cidadãos transformadores do mundo garantidores dos Direitos Humanos. Existindo um retorno para o professor, a localidade e a sistemática coletiva em território em pouca e larga escala. A dimensão dos feitos pode ser percebida na repercussão que o evento adquire e as possíveis execuções de ações diretas no campo político, social e familiar.

Por exemplo: na cidade de Caicó, RN, mais especificamente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, muitos estudantes decidiram protagonizar a partir do Enccult atuando em várias frentes, como monitoria, parceria e escrita de trabalhos autobiográficos com foco no próprio desenvolvimento alcançado. Educação para os Direitos Humanos é justamente aquela que convida a “ser mais” e a ser feliz enquanto aprende:

Neste sentido, é fato que houve avanços neste seguimento e dessa forma, o Brasil vai se consolidando a partir da efetivação dos direitos da CF 88, a qual permeia todos os direitos e assim a educação é por excelência o meio de promover o despertar para os direitos humanos. Lamentavelmente muitos cidadãos não têm o conhecimento dos direitos humanos, o que faz com que haja ainda hoje muita violação, transgressão e alienação dos que detém o poder (Melo, 2017, p. 37 e 38).

A autora nos favorece perceber que a educação é o caminho. Educar para a dignidade da vida. Educar para um viver não violento. Tendo a educação como essência da sociedade e os direitos humanos como essência da educação. A esperança é nata à vida. O “esperançar” é preciso e urgente cada dia mais e mais, por menos mortes sem sentido e por mais respeito, consideração, liberdade, oportunidade, esperança e amor. O Enccult se configura como ponte para ideias de paz, cultura, educação e solidariedade em via do respeito e da validação da ciência e suas conquistas para a humanidade ao longo da história.

ANALISANDO A CATEGORIA EDUCAÇÃO PRESENTE NAS 12 EDIÇÕES DO ENCCULT



Dentre o leque dos direitos humanos essenciais encontra-se o direito à educação, amparado pela constituição da República Federativa do Brasil aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988. A constituição é a Lei máxima e obrigatória entre todos os cidadãos brasileiros, tem o intuito de servir de garantia de seus direitos e deveres. Ela fixa o direito à educação como um direito social em seu Art. 6º e no Art. 205 fala que todos devem incentivar, promover e colaborar para a consumação desse direito: “Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.136).”

No entanto, esse direito continua a ser violado em nosso país, pois, apenas saber que a Constituição Federal defende a garantia do mesmo não quer dizer que ele esteja sendo efetivado de fato. É necessária uma atenção maior ao entorno e ao como vivemos, quais chances de acenssão econômica e financeira temos durante nosso viver. Os sujeitos que tiveram seus direitos humanos violados, dentre eles, o direito a educação, a saúde, a moradia, ao trabalho digno e justo e, a vida como um todo. O processo de subalternização tem influência direta na educação e por esta perpetua a influenciar negativamente. Pois se não rompemos com o que nos inferioriza, apoiamos e mantemos a disseminação da maldade humana em querer dominar o outro.

O Enccult que tem como tema: “Quebra de Paradigmas e Mudanças Sociais, os novos desafios para ciência”, nos leva a refletir sobre o discurso de direitos que não atingem as pessoas em sua completude e na completude de seu viver. O fato que termos uma constituição bem escrita, bem elaborada e bem fundamentada pode ser a luz para o discurso sem a prática. O discurso vazio de sentido, ou contraditório. Logo, o evento designa a aprofundar o debate e escandir os pontos, que claramente relatam o senso comum em denúncia de seu conservadorismo cruel:

[...] a passagem da consciência mágica, própria da sociedade fechada, predominantemente nos meios rurais, para a consciência transitivo-ingênua, dá-se automaticamente com a mudança provocada pelo processo de industrialização e urbanização que introduz rachaduras na sociedade fechada, provocando a emersão do povo na vida política. Diferentemente, a passagem da consciência transitivo-ingênua para a transitivo-crítica não se dá automaticamente, mas depende de um trabalho educativo voltado intencionalmente para esse objetivo. No clima de agitação, de lutas e contradições que caracteriza as rachaduras da sociedade fechada, pode ocorrer uma involução. Ou seja, em lugar de se transitar da consciência ingênua para a consciência crítica, pode-se cair na consciência fanatizada, configurada no fenômeno da massificação (Saviani, 2007, p. 321).

Neste mote, é de suma importância a exequibilidade de eventos nacionais que foquem no pensar a quebra com o senso comum e inovar a partir das possibilidades e ideias criativas que partem



dos anseios e necessidades de todos aqueles que aqui se fazem humanos em vida. A mudança social acontece quando um sonhador decide realizar seu desejo, sem nem mesmo ter a certeza de onde isso vai o levar. No caso, um sonhador ou uma sonhadora. É o acreditar nas utopias que oportunizam a ousadia e a concretização de mudanças reais.

A ciência aparece na ideia da pesquisa que consolida as descobertas e valida o ensino e a educação. Quando não há valorização a ciência, facilmente, leva-se pela ingenuidade de acreditar nas certezas que corroem a humildade e fortalecem a arrogância e o poder sem escrúpulo daquele ou daquela que se considera detentor de verdades e de saberes, impondo sua visão ao outro mesmo que isso o invalide e o mate. Educação para os Direitos Humanos parte da essencialidade do direito ao viver, nascendo e tendo chances de permanecer com vida e não qualquer vida, mas, a melhor de todas.

O evento aqui analisado em base de categorias educacionais centra-se em trazer fundamentos filosófico-sociais e jurídico-históricos em defesa de uma Educação humanizadora, com foco em formar cidadãos solidários, criativos, críticos e protagonistas da cotidianidade. Paulo Freire, o Patrono da educação brasileira, veementemente defendia a questão da ética inseparável da prática educativa, afirmando que “a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles” (Freire, 1996, p. 16)

A práxis compõe a tríade aqui apresentada como essência do Enccult: acreditar, fazer e manter. Reiterando que essa definição foi dada neste escrito em observação aos 13 anos de acontecimento deste evento que iniciou em sua simplicidade local e hoje ganha o meio internacional por angariar parcerias indispensáveis que foram incentivadas e motivadas por uma ideia inicial de fomento a cultura, a ciência e a educação envolvida nestas categorias.

Construir pontes de ações promotoras de conhecimento, disseminar ideias e reflexões, proporcionar debates propositivos com o ouvir aguçado para o crescimento intelectual e humano, são propensões que captamos no discurso post nos ANAIS do evento, assim como nas demais redes que se espalham em divulgação. Intentando promover redes de saberes em movimento, o Enccult media a troca de “conhecimento baseado na pesquisa, extensão, convivência, ensino, pesquisação, troca de expressões culturais, intercâmbios, etc.” (Enccult.org, 2012).

Ele propicia a promoção de atividades como:

- mesas redondas
- palestras
- minicursos
- oficinas
- visitas técnicas



- apresentação oral de trabalhos científicos
- intercâmbios de experiências
- publicação de trabalhos
- Construção e apresentação cultural
- Concursos de artes e cultura

Essas atividades almejam a discussão sobre aspectos históricos, filosóficos, sociais, culturais, científicos, religiosos e políticos que estão implicados no uso da noção e das práticas em Direitos Humanos. Ou seja, favorece o oferecimento de condições de aprendizagem e formação de pessoas para a vida em sociedade e em comunidade, assim como a formação acadêmica e profissional imprescindíveis para uma melhor acenssão econômica que valide o ser tendo as condições de se manter no meio de compra e venda, no mercado de trabalho e de demandas.

Valoriza, assim, o convívio, a solidariedade e a afirmação dos indivíduos, de seus grupos sociais, de suas identidades, de sua condição humana respaldada na dignidade. A educação precisa ser de qualidade para incluir nos currículos os Direitos Humanos através da criação de novos planos pedagógicos vindos diretamente do Ministério da Educação. Para isso, é necessário pessoas ocupando os lugares de poder, pessoas capacitadas na área educacional e humanistas na alma, preocupando-se realmente com a coletividade e individualidade de si e dos outros, de todos.

Uma educação voltada para a emancipação, para a educação popular e/ou educação para o oprimido. Uma educação contra-hegemônica fundamentada na cultura. Seria demais falar de um currículo transformador? No evento, proposto em diálogos e conversas, a temática da educação nas escolas e universidades apreendem o aspecto da revolução quando caracterizam-se criativamente novos modos operandis de fazer educação, de pensar sociedades e de construir um projeto de vida inovador.

Para abranger essas temáticas e provocar uma mudança fundamental e eterna necessita-se de perspectivas críticas das relações entre currículo e sociedade; precisa-se haver uma abordagem dos conteúdos curriculares não apenas no nível conceitual, mas sobretudo nas ações e relações vivenciais. É importante incluir os agentes e seus saberes nos processos de ensino e de aprendizagem; E enfrentar o desafio da transversalidade com vistas a ampliação e aprofundamento do processo de humanização.

Pensando assim vale lembrar as palavras de Daisaku Ikeda, no livro “Direitos Humanos no século 21” (diálogo entre Austregésilo de Athayde e Daisaku Ikeda): “[...] A essência da educação é o humanismo. Por isso, o retrocesso na educação é ao mesmo tempo o recuo na humanidade e se estenderá na derrota da cultura” (Ikeda, 2018, p. 186).



Não temos outra opção a não ser valorizar e lutar cada dia mais pela educação. É uma educação viva, em constante mudança, em construção e reconstrução. Não qualquer educação, mas, educação para a criticidade, educação para a política. Na escola se faz o direito e no direito desenha a escola que capacita para a criação de educação em direitos humanos.

O ENCCULT, PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO PARA A FELICIDADE

A opressão é um tipo de ação que se desenvolve por vias diversas, podendo ser física (como a restrição do deslocamento ou agressão) ou psicológica e moral (como as injustiças e preconceitos), mas pode ainda estar ligada a falta de acesso aos recursos materiais que condicionam às dificuldades ou até impedem a ascensão da pessoa. Logo, as condições materiais estão relacionadas com a liberdade.

Enquanto defensor da democracia, Paulo Freire não acredita que esta devesse estar restrita ao direito e dever eleitoral, como muitas vezes é apregoado. “As tramas da participação na pedagogia freireana fundamentam uma concepção de democracia que se manifesta como protagonismo histórico, como ação relacional-humanizadora e como prática de liberdade” (Pitano; Streck; Moretti, 2020, p. 109). Neste sentido, alcançar algo que seja verdadeiramente democrático, seja na escola ou qualquer outro espaço da sociedade, só se faz com uma participação ativa de todos, nos diversos âmbitos de decisões. Assim, afirma ele acerca da democracia que ela é:

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (Freire, 2001, p. 25).

A democracia não deve deter-se na esfera política ou de Estado, de modo que abranja uma multiplicidade de práticas sociais. Além de ser múltipla, espera-se que seja plural e que considere a existência do conflito, uma vez que as pessoas são diferentes de várias formas. A existência de uma democracia radical, dentro da escola, só pode se dar a partir do momento em que possui autonomia: “As escolas têm que ter autonomia, não apenas no nível da materialidade, mas as escolas têm que ser [...] centros de reflexão” (Freire, 2019, p. 51-52).

Neste sentido, entende-se que os sujeitos e suas relações são marcados por antagonismos, os quais estão na base da constituição de uma sociedade democrática e dotada de pluralidade, sendo que este viés se encontra na democracia radical, a qual Paulo Freire compreende no contexto educacional.



Isso se manifesta como “respeito ao educando, à sua linguagem, à sua identidade cultural de classe, da explicação teórica de defesa da educação que se oculta, que desvela, que desafia” (Freire, 2019, p. 115).

Dentre as concepções filosóficas que embasam as obras de Freire, estão ainda aquelas que percebem o sujeito, pautando-se em uma vertente marxista, como dialeticamente relacionado ao natural. Ou seja, não há uma hierarquia entre natural e cultural, de modo que nenhuma se sobrepõe a outra. Também estas não podem ser dissociadas. Distante de uma possível interpretação determinista da vida, o pensamento freireano concebe o homem e o meio de forma dialeticamente organizados. Tendo como base tal visão, pode-se pensar que é por meio dos processos educativos, não exclusivamente escolares, que o homem toma conhecimento de si e pode transformar o mundo em que vive. Ao mudar este meio que ocupa, o homem transforma a si próprio (Freire, 2001). Desse modo, a perspectiva dialética é um recurso analítico para se compreender as dinâmicas sociais.

Esse mudar o mundo não pode se fazer em uma sociedade onde as relações são pautadas em desigualdades, sobretudo no que tange ao trabalho, onde há uma evidente hierarquização entre as pessoas, onde esta situação promove opressão. É preciso haver libertação. É o que afirma Freire (1981, p. 36):

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

A transformação do mundo, sempre presente nas obras de Freire, só pode ocorrer em um ambiente livre, de pessoas que sejam livres.

[...] a hierarquização é um elemento central da opressão. Enquanto processo de diferenciação social que classifica os cidadãos em “inferiores” e “superiores”, a hierarquização compreende: i) a postulação de diferenças entre oprimido e opressor; ii) a valorização dessas diferenças, em proveito do opressor; iii) a absolutização dessas diferenças como atributos imutáveis que justificam a posição subalterna do oprimido perante o opressor (Dalaqua, 2020, p. 215).

Para que alguns grupos sociais possam se manter em posição superior conforme os padrões impostos pelo capitalismo, é necessário que inúmeras outras pessoas ocupem postos considerados inferiorizados. Isso se perpetua ao longo do tempo, muitas vezes abrangendo várias gerações, acirrando ainda mais as desigualdades no acesso aos bens, serviços e direitos. O homem não existe fora das relações do mundo e como sujeito histórico, ocupou os mais diversos espaços e tempos na constituição do que se conhece hoje.



Coadunando com a conhecida frase “o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (Engels, 1976. p. 215), pode-se pensar na importância das atividades humanas ao longo da história, enquanto transformadoras do meio, ao mesmo tempo em que eram formadas por este. Por isso mesmo é que, na lógica freireana, todas as pessoas possuem conhecimentos prévios e é a partir destas experiências progressas que o conhecimento se articula. É o que ele afirma neste trecho:

O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (Freire, 1996, p. 90).

Esse também é um dos motivos pelos quais se fala muito em coletividade, uma vez que cada sujeito tem uma vivência única, porém sempre relacionada ao todo. Essa soma de conhecimentos e experiências possibilita uma construção e socialização de conhecimentos de base popular. Todo este conhecimento de base popular constitui-se, sempre, em uma pedagogia:

que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1981, p. 32).

Além disso, é possível se pensar que todos os lugares e situações ensinam e isso fica muito nítido na obra de Paulo Freire. Não é necessário que se esteja em uma sala de aula tradicionalmente formada para que o aprendizado ocorra. Como disseminador dos ideais democráticos, Paulo Freire tem um discurso, materializado em seu legado, quanto a liberdade. Ao se colocar a educação como fator político de transformação social, é inevitável se pensar que a liberdade é preceito básico para a ruptura com a realidade que está posta e que é excludente e opressora.

Deste modo, o diálogo com a teoria freiriana é essencial para o fazer resistente de eventos com foco na cultura, ciência e educação. O compreender a partir das teorias e colocando em prática para reformular, rever, refazer e reaprender. A intenção deste artigo é conversar sobre o evento Enccult, a educação e a dissociabilidade de Paulo Freire no fazer educativo brasileiro. Deseja-se a continuidade da ação e a feitoria do inédito viável que advenha de ideias criativas e empreendedoras de humanidade, como o evento Encontro Científico Cultural mostrou-se ser e continua surpreendendo com seus 27 GTs em ação simultânea discutindo saberes e respeitando pensamentos diferentes e diversidades em todos os âmbitos possíveis.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo sobre o Encontro Científico Cultural (Enccult), encadeia a discussão acerca de uma educação libertadora que parta do pensar outros modos de fazer educação que fuja dos moldes de decoreba e uma gama de conteúdos muitas vezes, com difícil sentido relacional a realidade do educando e de seus professores.

O evento tem grande potencial transformador por oportunizar momentos e situações de protagonismos, de ação criativa, desenvolvimento autônomo dos participantes, a escrita, a reflexão e o diálogo, assim a arte e a cultura em sua abrangência epistemológica, popular e científica. No atuar de pessoas que acreditam na construção de um projeto de sociedade que parte de projetos de vidas, e utilizando-se Paulo Freire para respaldar a conscientização do sujeito em sua decisão e virada de chave indo na direção contrária ao que está conservado.

A paz também significa o não calar-se diante das injustiças e não fechar os olhos para a violência, crueldade e falta de sentido nas discriminações fundamentadas em humanidade vazia, não valorada e não validando o sujeito além de si. No discurso encontrado nos ANAIS do evento, destacou-se a quebra de paradigmas para a fomentação de conquista de direitos na realidade vivida por todos os indivíduos. Ser feliz é também ser livre e ter a chance de empreender e lucrar.

Qual a conclusão que se desgrenha afinal? Talvez, a alegria por exemplos como esses de acreditar no encanto, fazer tornar real os sonhos e manter em concretude o fazer transformador, nada fácil, e com muitas parcerias. Ademais, muitas dúvidas, pois como romper com o senso comum estando embebido nele desde o nascimento e tendo enraizado muitas disparidades das quais nem percebemos e muito menos desbravamos postura aguerrida.

A educação surge como a chance de transcender os costumes e reescrever a história desde que se problematize até o próprio respirar, não permitindo cair na mesmice e se perder na imensidão de hipocrisias. Uns com os outros conseguimos ajudar a ter um olhar além do que podemos enxergar. O comunitário é o incremento do cultural, do humanismo e do esperançar. O individualismo é a ponte do agarrar-se e desistir de respeitar. Por isso, que tal o aconchego de um coração amigo e de colegas em confiança, somente possível na perseverança do falar sincero?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.



CANDAUI, Vera. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 285.

DALAQUA, Gustavo Hessmann. Liberdade democrática como desenvolvimento de si, resistência à opressão e à injustiça epistêmica. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 43, n. 3, p. 213-234, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/Qbdrc7xS66dP98wVY87tLhr/citation/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Encult.org: Encontro Científico Cultural, 2012. ISSN 2316-8021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora**: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IKEDA, Daisaku. **Educação Soka**: Uma perspectiva budista para professores, alunos e pais. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MELO, M. A. V. de. **A educação do campo na trilha dos direitos humanos em sua formação identitária e cultural**. *Diversitas Journal*, 2(1), 2017, 97–118. Disponível em: <<https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v2i4.439>> Acesso em: 14 de ago de 2023.

PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. As tramas da participação na pedagogia freireana: fundamentos para uma democracia radical. **CIVITAS: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 109-118, abr. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/31704/19691>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.